



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ACTA N.º 30/XI/1.ª**

Aos vinte e um dias do mês de Abril de dois mil e dez, pelas dez horas e quinze minutos, reuniu, na Sala 2 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- **Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2- **Distribuição de iniciativas europeias;**
- 3- **Apreciação e votação do parecer sobre o Projecto de Lei n.º 164/XI/1ª (PCP) - "Altera a Lei n.º 17/2003, de 4 de Junho, (Iniciativa Legislativa de Cidadãos)" - Relatora - Deputada Maria do Rosário Carneiro (PS);**
- 4- **Apreciação e votação do parecer sobre o Projecto de Lei n.º 167/XI/1ª (PEV) - "Estabelece quotas de emprego público para vítimas de violência doméstica" - Relatora - Deputada Maria Manuela Augusto (PS);**
- 5- **Apreciação e votação do parecer sobre a iniciativa europeia COM(2010)82 - Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho sobre o direito à interpretação e à tradução em processos penais - Relatora - Deputada Ana Catarina Mendes (PS);**
- 6- **Outros assuntos.**

Estavam presentes os Senhores Deputados constantes da folha de presenças em anexo.

Presidiu à reunião o Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Fernando Negrão (PSD), na ausência, em deslocação representando a Comissão, do Senhor Presidente Osvaldo de Castro.

Foram, em primeiro lugar, distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

- **Projecto de Lei n.º 212/XI (CDS/PP) – *Altera o Código de Execução de Penas e Medidas Privativas da Liberdade (Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro)* – de que foi nomeado Relator o Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD);**
- **Projecto de Lei n.º 213XI (BE) – *Regularização de trabalhadores imigrantes e menores nascidos em Portugal ou a frequentar o sistema de ensino* – de que foi nomeado Relator o Senhor Deputado Miguel Vale Almeida (PS).**

Não havendo iniciativas europeias para distribuir, o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) apresentou o parecer sobre o Projecto de Lei n.º 164/XI/1ª (PCP) - "Altera a Lei n.º 17/2003, de 4 de Junho, (Iniciativa Legislativa de Cidadãos)", na ausência da respectiva Relatora, Senhora Deputada Maria do Rosário Carneiro (PS). Após um breve debate, no qual o Senhor Deputado



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

António Filipe (PCP) assinalou, enquanto proponente da iniciativa, que a percepção estatística de Direito Comparado apresentada poderia ser enganadora, uma vez que não tomava em conta outros critérios, tais como o facto de, em Espanha, a apresentação de iniciativas poder ser feita só por um cidadão, devendo apenas após a sua admissão pelas Cortes proceder-se à recolha das assinaturas de 500.000 cidadãos, havendo até lugar a subvenção pública para custear as despesas inerentes a essa tarefa, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do BE e do PEV.

Em seguida, a Senhora Deputada Maria Manuela Augusto (PS) apresentou o seu parecer sobre o Projecto de Lei n.º 167/XI/1ª (PEV) - "*Estabelece quotas de emprego público para vítimas de violência doméstica*", tendo expressado dúvidas, cuja concretização remeteu para a discussão da iniciativa em Plenário, sobre a exequibilidade de algumas das soluções normativas propostas pela iniciativa. O parecer foi também aprovado por unanimidade, na ausência do BE e do PEV.

No quinto ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) apresentou o parecer sobre a iniciativa europeia COM(2010)82 "*Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho sobre o direito à interpretação e à tradução em processos penais*", na ausência da respectiva Relatora, Senhora Deputada Ana Catarina Mendes (PS).

O parecer foi então aprovado por unanimidade, na ausência do BE.

Por fim, foi fixada a redacção final do texto que "*Recomenda ao Governo a adopção de medidas que visem combater a actual discriminação dos homossexuais e bissexuais nos serviços de recolha de sangue*" [Projecto de Resolução n.º 13/XI/1.ª (BE)], tendo sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, sem votos contra, registando-se a ausência do BE, com aceitação das sugestões de redacção da Informação n.º 406/DAPLEN/2010, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa.

Foi ainda nomeado Relator do parecer sobre a Conta Geral do Estado 2008 o Senhor Deputado António Gameiro (PS).



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

O Senhor Deputado Nuno Magalhães (CDS/PP) apresentou brevemente o seu requerimento para a audição de diversas entidades sobre a aplicação e consequências do novo regime de execução de penas, decorrente da entrada em vigor do novo Código de Execução de Penas e Medidas Privativas da Liberdade.

Intervieram no debate a Senhora Deputada Teresa Morais (PSD), que solicitou fosse esclarecido se as audições (em enumeração taxativa que não incluía o Director-geral dos Serviços Prisionais, cujas competências nesta matéria haviam aliás sido questionadas pelo requerente CDS/PP) deveriam ser incluídas no processo legislativo ou em momento anterior e que arguiu que o período de vigência do Código era ainda tão curto que dificultava a possibilidade de avaliação da sua aplicação; a Senhora Deputada Isabel Oneto (PS), que requereu o adiamento da discussão para melhor pronúncia, sem prejuízo de considerar deverem ser incluídos na lista o Director-Geral dos Serviços Prisionais e Juízes de Execução de Penas; e o Senhor Deputado António Filipe (PCP) que assinalou a necessidade de avaliação de um regime tão recente e considerou que a maioria das entidades relacionadas com a execução de penas não estavam contempladas no requerimento.

O Senhor Deputado Nuno Magalhães (CDS/PP) replicou que a lista não estava fechada, contendo a indicação das entidades habitualmente ouvidas na Comissão, tendo-se mostrado disponível para acolher outras sugestões. A conclusão da apreciação e a votação do requerimento foram adiadas para a reunião subsequente da Comissão.

Nada mais haver a tratar, foi a reunião encerrada às 12 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

**O VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO,**

**(Fernando Negrão)**

**Nota: Aprovada em 05-05-2010**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe  
António Gameiro  
Fernando Negrão  
Filipe Lobo D' Ávila  
Filipe Neto Brandão  
Hugo Velosa  
Isabel Oneto  
Jorge Bacelar Gouveia  
José Luís Ferreira  
Luís Montenegro  
Maria Manuela Augusto  
Miguel Vale Almeida  
Nuno Magalhães  
Teresa Morais

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Peixoto  
Celeste Correia  
Helena Pinto  
Luís Pita Ameixa  
Maria do Rosário Carneiro  
Oswaldo de Castro  
Ricardo Rodrigues